



EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 0155/2023 Inexigibilidade de Licitação N° 0015/2023

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Responsável: Ivair Lopes Rodrigues – Secretário Interino
Art. 25 Lei n° 8.666/93

Objeto: Contratação do Show Simão Wolf, cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada SIMÃO ELIAS WOLF LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 09.356.573/0001-27, para realização de apresentação artística na abertura do Natal Capinzal 2023. Com Recursos Próprios.

O **MUNICÍPIO DE CAPINZAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, no uso de suas atribuições legais torna público o Processo Licitatório supracitado, conforme segue:

1. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

1.1. A Administração Municipal escolheu o Show com "Show Simão Wolf" com músicos, produção e equipe técnica totalizando 12 pessoas, com duração de 1h45min., a realizar-se no dia 26 de novembro de 2023, por considerar que este Violinista atingiria a essência do espírito natalino, encantando e surpreendendo a comunidade através de suas músicas.

CONSIDERANDO que Simão Elias Wolf, Músico, Maestro, Violinista, Arranjador, incansável na busca por inovações, criador de um projeto que vem surpreendendo e emocionando as pessoas por onde passa, com influências em tendências vivenciadas na Europa, criou um projeto pioneiro no Brasil, uma nova forma de shows e entretenimento inovadores que encantam suas plateias, um show instrumental onde reúne o belo som do violino com uma banda altamente profissional, misturado a um repertório totalmente eclético e popular que encanta um público de qualquer idade, completando com uma desenvoltura animada no palco.



CONSIDERANDO que é sucesso no Youtube com milhares de visualizações em seus vídeos altamente produzidos, Simão Wolf é um show que valoriza a boa música e a família.

CONSIDERANDO que o Show do Violinista Simão Wolf tem uma energia única, empolgante, emocionante e altamente dinâmico de agrado de todas as idades e gostos, com mais de dez estilos musicais. Uma proposta de um show instrumental que também possui músicas cantadas, um repertório constituído por temas de filmes, clássicos da música nacional e internacional, samba, pagode, temas infantis, músicas natalinas, eletrônica à sertaneja raiz, gaúcha, alemã, italiana, clássica, tango, rock, pop e muito mais, agradando todos os tipos de público.

CONSIDERANDO que o valor do Show está incluso alimentação, hospedagem, transporte e imposto, conforme orçamento anexo.

Com o intuito de justificar o valor investido pelo Município, segue as cópias das Notas Fiscais Eletrônicas – NFS-e referente os Contratos celebrados com outras Prefeituras (com o mesmo objeto), que comprovam que o valor dos serviços contratados está compatível com o valor praticado no mercado, a seguir especificados:

- I. Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e nº 295: R\$ 48.500,00 - Município de Campos Novos - SC;
- II. Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e nº 301: R\$ 46.000,00 - Município de Campos Novos – SC;
- III. Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e nº 311: R\$ 23.750,00 - Município de Marechal Cândido Rondon – PR;
- IV. Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e nº 324: R\$ 23.750,00 - Município de Marechal Cândido Rondon – PR.

Assim, não restam dúvidas que a escolha é adequada a atender o interesse público é a contratação do **“SHOW SIMÃO WOLF”**, conforme descrição no referido item, no valor orçado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Diante do exposto, neste caso constitui inexigibilidade de licitação pública, conforme preceitua o inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, a seguir especificado, houve aceite na contratação do Grupo **“SHOW SIMÃO WOLF”**, para a abertura das festividades natalinas do Município de Capinzal.



“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Informamos ainda, que a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, e outros documentos anexos.

1.2. ESPECIFICAÇÕES:

O Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico Sr. Ivair Lopes Rodrigues, solicita Inexigibilidade de licitação para a contratação de empresa que detém representação e exclusividade para apresentação de show artístico, reconhecido e consagrado pela crítica especializada e opinião pública no âmbito regional e nacional, com o Músico, Maestro, Violinista e Arranjador Simão Elias Wolf, com o show “SIMÃO WOLF SHOW NA RUA”, no dia 26 de novembro de 2023, para abertura do Natal Capinzal 2023.

Sua História: Simão Elias Wolf nasceu em Ipira, Santa Catarina, no dia 10 de abril de 1983, município com aproximadamente 5.000 habitantes. Mas, foi na pequena vila chamada de Filadélfia, interior de Ipira, que morou até seus cinco anos de idade. Filho de Erico e Marlice, Simão é de origem simples e trabalhadora.

Em 1988, passou a morar com sua família numa fazenda no interior de Campos Novos, Santa Catarina, onde seu pai trabalhou como capataz.

Desde pequeno na vida campeira, Simão tem no respeito a natureza e na lida com cavalos uma identificação muito forte com suas raízes. Aos 12 anos de idade, saiu com sua família da área rural, e passou a residir na área urbana de Campos Novos, onde seus pais iniciaram a administração de um restaurante.

Sua Trajetória: A música tocou o coração de Simão Wolf aos 15 anos de idade, onde os primeiros acordes no violino vieram do estudo no Centenário Instituto Ivoti, no Rio Grande do Sul.

Com seu forte talento artístico e grande habilidade musical, logo destacou-se estudando regência, integrando orquestras, dedicando-se a aulas de teatro, danças tradicionais gaúchas e alemãs e também turnês artísticas pelos três estados do Sul do Brasil.

Graduou-se como Psicoterapeuta Holístico em Marechal Cândido Rondon, Paraná. Simão também é Bacharelado em Serviço Social pela Universidade do



Tocantins – UNITINS, e graduado em Licenciatura em Música pela Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

A partir de 2003, Simão Wolf focado na sua carreira artística musical regendo corais, ministrando aulas de violino e desenvolvendo inúmeros projetos como Maestro, sempre oportunizou experiências inesquecíveis aos seus alunos com viagens, turnês e integração com estudantes e professores de outros municípios, estados e países, como o Chile em 2016.

Desde 2018, Simão Wolf tem uma importantíssima participação no Workshow Music, evento realizado em parceria com a Fundação Cultural de Campos Novos, Santa Catarina, onde aproximadamente registram-se mais de 200 participantes vindos de 20 municípios, três estados e dois países.

Simão Wolf é um artista completo: Maestro, Professor do Método Suzuki, Compositor, Arranjador e Violinista há mais de 20 anos, músico em turnês nacionais e internacionais. Além da sua formação em licenciatura em música, tem especializações em: Santiago (Chile), Madri (Espanha), Berlin (Alemanha) e Viena (Áustria). Fluência nos idiomas português, inglês, alemão e espanhol.

Já fez parte das Bandas Moicanos, Hurt e Pulso, e também participou da Camerata Allegro, tem uma forte trajetória artística musical com resultados surpreendentes em cada projeto. Mas é na produção do Show Simão Wolf onde se realiza, principalmente por contar com grandes músicos, técnicos e produtores.

O Show: Sempre com o coração no Brasil, mas com um olhar para o mundo, Simão é incansável na busca por inovações, sejam elas técnicas ou artísticas. Criador de um projeto que vem surpreendendo e emocionando as pessoas por onde passa, com influências em tendências vivenciadas na Europa, criou um projeto pioneiro no Brasil, uma nova forma de shows e entretenimento inovadores que encantam suas platéias. Entusiasta, Simão trouxe para o Brasil esta novidade e começou a produzir com os profissionais Ronaldo Mendes e Luiz Gramázio, inúmeros vídeosclips de hits musicais, substituindo a voz dos cantores, pelo maravilhoso som do violino. Um show instrumental onde reúne o belo som deste instrumento com uma banda altamente profissional, misturado a um repertório totalmente eclético e popular que encanta um público de qualquer idade, completando com uma desenvoltura animada no palco. É sucesso no Youtube com milhares de visualizações em seus vídeosclips altamente produzidos, Simão Wolf é um show que valoriza a boa música e a família.

No presente projeto será realizado um show único no sul do Brasil, com uma proposta instrumental que visa levar a boa música, a formação de bons valores, a emoção e a alegria, além de momentos de descontração ao público



presente. Simão grava seu primeiro Show ao Vivo nos 137 anos de aniversário de Campos Novos e encanta a todos.

Em 2020, a pandemia da Covid-19 fez o mundo todo parar e o setor de eventos está sendo um dos mais afetados. Mas, Simão Wolf não parou neste tempo. Juntamente com uma grande equipe, desenvolveu um projeto que está se destacando em todo o sul do Brasil: o Show na Rua!

A proposta é muito mais profunda do que simplesmente levar música em movimento. O Show na Rua é a oportunidade de oferecer música de qualidade, um show de iluminação e uma alta tecnologia em painéis de led para todas as pessoas, sem distinção. O Show na Rua provoca uma experiência única e inesquecível na vida das pessoas.

Um show com uma energia única, empolgante e emocionante com mais de dez estilos musicais. Uma proposta de um show instrumental que também possui músicas cantadas, um repertório constituído por temas de filmes, clássicos da música nacional e internacional, temas infantis, música natalina (quando necessário), eletrônica, sertaneja raiz, clássica, tango, rock, pop e muito mais.

A imagem carismática e contagiante de Simão Wolf e banda, somadas a um show com muita energia, emoção e interatividade, tem conquistado todas as idades, públicos e empresários que o contratam.

- O prazo de execução será no dia 26 de novembro de 2023 e a vigência até 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado entre as partes, caso haja necessidade. A execução do objeto se dará com a apresentação em conformidade com o acordado na proposta.
- O show será realizado nas ruas da cidade, em uma carreta/caminhão equipado com iluminação, painel de led, sonorização, gerador e toda sua equipe. O trajeto será de 12 a 15 km, com uma velocidade média de 5km/h. Duração mínima do show, 2h30 minutos, e com início sugerido para as 18h30 minutos.
- Em caso de chuva, o Contratante realizará o show, também em 2h30 minutos, com a estrutura devidamente protegida para tal acontecimento.
- Estrutura constará de:
 - a) Sistema de sonorização completo contendo mesa de som digital Yamaha/Behringer de 32 canais, microfones com e sem fio (bastão e headset), computador para trilhas musicais, sistema de som line array e sub graves, cabeamento e amplificação completa conforme o sistema, disponibilização de um técnico para operação durante todo o período; Sistema de iluminação contendo 24 refletores de led RGBWA 54 X 3 Watts, 4 minibrut, 16 moving head



beam 7R, máquina de fumaça, mesa de controle DMX Avolites, main Power trifásico 150°;

b) Montagem e locação de 4 painéis de led P5 mm de alta definição medindo 2 x 2 metros cada, processador de vídeo com entradas para computador, câmera, HDMI e DVI, cabeamento completo e técnico para operação durante o evento;

c) Locação e montagem de gerador de energia elétrica em operação automático, trifásico 380V, potência de 55 KWA, carenagem silenciada, cabeamento completo, incluída uma franquias de 6 (seis) horas diárias de utilização do equipamento caso seja necessário.

- Eventuais Patrocinadores do evento, que celebrarem contrato ou acordo diretamente com o Contratante, deverão ser aprovados e autorizados previamente pela Contratada, evitando-se assim incompatibilidade de marca ou produto do Patrocinador com a imagem pública do artista da Contratada, ficando ciente desde já que o Contratante e Patrocinador que no caso de utilização de merchandising através de placas, Back light, Banners, faixas ou outro meio, o Patrocinador não poderá utilizar o palco na sua área interna, nem a frente do palco, nem em frente ao Sistema de PA, somente acima ou ao lado do sistema, ciente também que no caso do merchandising ser iluminado, o mesmo deverá ser desligado durante a apresentação do espetáculo.
- O Contratante assume expressamente a responsabilidade pelo ressarcimento de quaisquer danos a terceiros que ocorrem decorrente da realização do evento.
- Fica ressaltado que as únicas obrigações dos artistas da Contratada para o Contratante são as que se referem a sua apresentação no evento dentro das condições convencionadas neste contrato, sendo que não poderão ser assumidos quaisquer outros compromissos como passeios, jantares, sessão de fotos, entrevistas, sessão de autógrafos, promoções de rádio comprometendo o comparecimento do artista e etc, sem a autorização expressa da Contratada por escrito, não podendo ainda ser o espetáculo utilizado para finalidades políticas ou religiosas de qualquer natureza.
- Na ocorrência de força maior ou caso fortuito que impossibilite a realização do evento na data ajustada, será definido, de comum acordo, uma nova data para a realização do evento, respeitando a agenda e os compromissos anteriormente assumidos pelo artista.
- A Contratada receberá pela execução do objeto do Contrato, o valor de R\$ 35.000,00, conforme a realização da apresentação.



- O pagamento será realizado no primeiro dia útil após o evento (27/11/23), através de transferência bancária, e após a apresentação da Nota Fiscal, CND's do INSS e do FGTS.
- No valor estão incluídas as despesas de cachê, transportes, diária de alimentação, hospedagem, despesas de montagem e desmontagem dos materiais e equipamentos, impostos e encargos que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços deste Contrato. Um caminhão/carreta, iluminação, painel de led, sonorização, gerador, equipe técnica e músico (10 pessoas).
- Será feito um vídeo-chamada produzido para divulgação, mais a transmissão ao vivo e produção de vídeo editado com os melhores momentos para divulgação do Contratante após a realização do show (1 a 3 dias). Durante o show serão feitas fotos profissionais que serão repassadas ao Contratante.
- A contratada deverá executar o objeto na forma ajustada;
- Atender aos encargos decorrentes da execução do presente Contrato;
- O artista deverá estar no local do show 01 (uma) hora antes da apresentação;
- Dispor de representante responsável legal para contatos durante o período da execução do objeto com o objetivo de sanar eventualidades. Fica determinado como responsável o senhor Orlei Chagas de Moraes OAB/SC 34.938
- Cumprir com as obrigações dispostas no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

2. DA PREVISÃO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no art. 25, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

3. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO



A empresa acima mencionada, foi selecionada para realização do objeto, de acordo com a justificativa apresentada no item 1 deste instrumento e por estar em dia com sua regularidade fiscal e trabalhista, documentações de Pessoa Jurídica, bem como demais apresentadas.

No que se refere ao preço, à empresa acima qualificada apresentou a proposta, a qual foi analisada e aceita pela Secretaria Competente, portanto o valor a ser pago será de acordo com a tabela abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	1	UN	Contratação do Show Simão Wolf, com músicos, produção e equipe técnica totalizando 12 pessoas, com duração de 1h45min, a realizar-se no dia 26 de novembro de 2023, na abertura do Natal Capinzal 2023.	35.000,00	35.000,00
				Total:	35.000,00

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Recursos: Próprios

Rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 17 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

PROJETO/ATIVIDADE: 2.094 – Promoção de Feiras e eventos

ELEMENTO DESPESA: Aplicações Diretas

REDUZIDO: 221

5. DA VIGÊNCIA

O contrato decorrente desta licitação terá **prazo de vigência até 31/12/2023**, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse por parte da Administração, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

DIRETORIA DE LICITAÇÕES 
Secretaria de Administração e Finanças

Encerrada a vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

A Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

As Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 21 de setembro de 2023.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico
Município de Capinzal



ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

Processo Licitatório N° 0155/2023
Inexigibilidade de Licitação N° 0015/2023
CONTRATO N° XXXX/XXXX

DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE CAPINZAL**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público Interno, estabelecido na Rua XXXXXXXXXXXX, n. XXX, centro, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, neste ato representado por XXXXXXXXXXXX, Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF XXX.XXX.XXX-XX designado CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa XXX inscrita no CNPJ sob o nº xxx, com sede à xxx, no Município de xxx, xxx, e-mail xxx, telefone xxx, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) xxx, inscrito no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX doravante simplesmente designada CONTRATADA.

Nos termos do Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação supracitados, bem como das normas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Objeto: _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste contrato deverá ser executado em estrita obediência ao presente instrumento, devendo ser observados integralmente o procedimento de Inexigibilidade de licitação e seus anexos, bem como a proposta elaborada pela CONTRATADA, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, sendo qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, considerado especificado e válido.



2.2. ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DO EDITAL NO ITEM 1.2:

XX

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O preço certo e ajustado entre as partes pela perfeita e integral execução do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (valor por extenso), conforme proposta apresentada pela contratada e conforme quadro abaixo:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
				Total:	

3.2. No preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a perfeita execução deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão fixos e irrevogáveis, considerando o prazo de vigência contratual, vedado qualquer reajustamento de preços contrário aos termos do que dispõe o §1º art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação aplicável.

3.4. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, conforme já mencionado, mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

3.5. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade – Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e Comprovante de Regularidade do FGTS.

3.5.1. Não serão efetuados pagamentos antecipados.



3.6. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 3.4 os dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.

3.7. Antes de ser efetuado o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA com relação aos documentos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do Art. 55 da Lei n. 8.666/93, cujos documentos serão anexados no processo de pagamento.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.9. A CONTRATANTE somente atestará a entrega e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

3.10. O Poder Executivo do Município de Capinzal, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 083, de 18 de julho de 2023, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos pagos a pessoas jurídicas pela Administração Pública Direta e Indireta, e Câmara de Vereadores do Município de Capinzal, SC, e dá outras providências”, bem como em observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº [9.430](#) de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

3.11. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 083/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

3.12. Na forma do art. 2º do Decreto Municipal n. 083/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 1º de agosto de 2023 deverá constar



a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O presente Contrato terá **prazo de execução conforme solicitação da Secretaria Competente, no dia do evento (26/11/2023)**, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, na ocorrência das hipóteses do art. 57, §1º, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

5.2. O presente Contrato terá **prazo de vigência** _____, obedecida a regra geral do caput do art. 57, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser prorrogada, desde que haja interesse da Administração.

5.2.1. Encerrada sua vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

5.2.2. Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

5.3. Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

6.1.1. Entregar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos estipulados pela CONTRATANTE e de acordo com a proposta apresentada, parte integrante deste instrumento, bem como cumprir com todas as normas e



determinações necessário para a entrega, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas.

6.1.2. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que venha a verificar na entrega, mesmo que estes não sejam de sua competência.

6.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.1.4. Refazer, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos que venham a apresentar desconformidades com as exigências especificadas no respectivo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, sem ônus à CONTRATANTE, nos termos do que assegura o art. 69 da Lei n. 8.666/93.

6.1.5. Manter durante a execução do Contrato todas as condições mínimas de habilitação e qualificação exigidas.

6.1.6. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. 71 da Lei n. 8.666/93.

6.2. São obrigações do Município CONTRATANTE:

6.2.1. Comunicar à CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato.

6.2.2. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos e informações indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato.

6.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades ou imperfeições que venham a ocorrer, em função da entrega do objeto deste contrato, visando a sua regularização.

6.2.4. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço que a CONTRATADA executar em desacordo com as especificações da inexigibilidade de Licitação e do presente contrato.



6.2.5. Efetuar os pagamentos no prazo e forma estabelecidos na Cláusula Terceira.

6.2.6. Providenciar a respectiva publicação, em resumo, do extrato do presente instrumento e de eventuais aditivos, na imprensa oficial, na forma prevista em Lei.

6.2.6.1. As despesas resultantes da publicação e de seus eventuais aditivos correrão por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Nos termos do que determina o art. 67 da Lei n. 8.666/93, a execução deste Contrato será fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado em ato próprio da autoridade competente, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, na hipótese de não serem sanadas de imediato, serão objeto de notificação formal e escrita, havendo a possibilidade de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, na Lei n. 8.666/93 e demais legislação aplicável.

7.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

7.3. O fiscal deverá solicitar à autoridade superior competente as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

7.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, notadamente pelo não cumprimento das normas de licitação e contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei n. 8.663/93 e suas alterações, garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes sanções legais:



- a) advertência;
- b) multa, por atraso injustificado na execução do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.2. As penalidades serão aplicadas, também, em observância ao Decreto Municipal Nº 043, de 03 de julho de 2008 (anexo), que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos no Municípios de Capinzal. Disponível no sítio: www.capinzal.sc.gov.br.

8.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 8.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade, facultada a defesa prévia ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.4. De conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/93, o atraso injustificado na execução do serviço objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

8.4.1. Sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de Multa de mora, observado o Decreto Municipal n. 043/2008, nas seguintes condições:

I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;



III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de execução, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na execução do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de execução.

8.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do §3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato; quando for o caso;
- II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

8.5.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.5.2. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 5 (cinco) dias, e a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

8.5.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 8.4.1.

8.5.4. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 8.4.1 não se aplica às hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.



8.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada conforme a natureza e a gravidade da falta eventualmente cometida;

8.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação, podendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo.

8.7.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.7.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário.

8.8. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a eventual aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial do Município CONTRATANTE.

8.9. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dias úteis de expediente no órgão ou na entidade.

8.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 043/2008, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O objeto deste contrato será recebido pela CONTRATANTE consoante o disposto no art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

9.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar/executar o objeto conforme solicitação da Secretaria Competente deste Município, sob pena de incorrer nas penalidades cabíveis, pelo descumprimento de cláusulas contratuais, conforme acima.



9.2.1. O recebimento provisório do objeto implica tão somente na transferência da responsabilidade pela sua guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da total regularidade do objeto, após comprovação da qualidade e conseqüentemente aceitação, se for o caso.

9.3. O objeto será rejeitado na hipótese de se for executado em desacordo com o estabelecido no Edital, proposta e Contrato.

9.3.1. Na hipótese de o objeto não ser entregue de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Capinzal, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da CONTRATADA.

9.4. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela qualidade e segurança do objeto executado.

9.4.1. O recebimento do objeto, de modo Provisório ou Definitivo, não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, nos termos do §2º do art. 73 da Lei n. 8.666/93, cabendo à CONTRATADA refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, desconformidades ou incorreções resultantes de sua execução, dentro do prazo razoável a ser concedido pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações pela CONTRATADA.

9.4.2. Caso as eventuais correções não ocorram no prazo determinado, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, determinado por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de ocorrência dos casos elencadas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.



10.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, de forma amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração, nos termos do que assegura o art. 79 da Lei n. 8.666/93.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece, desde logo, o direito de a CONTRATANTE adotar, no que couber, as medidas previstas no art. 80 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

11.1.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste instrumento, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, constituindo sua inobservância, motivo para rescisão do contrato. (Art. 78, inciso VI, da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DOS CASOS OMISSOS

12.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e demais legislação aplicável ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1. A troca eventual de documentos e informações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser feita por escrito, mediante protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou outros meios correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais



privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questionamentos, porventura, relacionados à execução do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas ao final subscritas, a fim de que produza seus efeitos legais, cujo instrumento ficará arquivado, em uma via, no Município de Capinzal e uma via com a empresa, nos termos do que dispõe o art. 60, da Lei n. 8.666/93.

Capinzal, SC, XX de XXXXXXXXX de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal
CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário (a) de XXXXXXXXX
CONTRATANTE

Testemunhas:
